

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Deputados aprovam Orçamento 2008 com 181 emendas

Com expectativa de crescimento econômico e inflação, governo estima receita de R\$ 10,688 bilhões



Carlos Kilian

A votação do Orçamento de 2008 foi marcada pela tranquilidade. O Plenário aprovou a proposta, dia 19, por unanimidade, referendando decisão da Comissão de Finanças e Tributação,

que acatou 181 emendas no texto, totalizando R\$ 48,7 milhões. O valor inclui a quota de R\$ 40 milhões destinada às bancadas, as prioridades apontadas pelo Orçamento Regionalizado,

entre outras. Com isso, não houve resistência entre os parlamentares para que a proposta, de origem do Executivo, fosse aprovada.

Páginas 6 e 7

SC ganha aliado na proteção de crianças e adolescentes

Teste da Orelhinha será obrigatório nas maternidades

Criado Conselho Estadual para fundo da educação básica

PMs terão escala de serviço adaptada para estudos

Páginas 5, 8, 9, 10 e 11

Sessão solene presta homenagem a ex-deputado Blasi

O Parlamento destacou, em sessão solene, dia 19, a trajetória política do ex-deputado João Henrique Blasi (PMDB), que assumiu recentemente como desembargador no Tribunal de Justiça. Blasi foi deputado estadual por quatro vezes e era líder do governo. A homenagem foi proposta por todos os deputados.



Carlos Kilian

Página 3

OPINIÃO

Conquistas do Parlamento

Graças ao comprometimento de todos os deputados, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina realizou neste ano de 2007 um trabalho de grande relevância para o Estado. Concluímos, em dezembro de 2007, o primeiro ano da 16ª Legislatura. Por meio de centenas de iniciativas, o Poder Legislativo demonstra o trabalho realizado em defesa dos interesses do Estado e reafirma a determinação de cada um dos parlamentares de responder às expectativas daqueles que neles confiaram seus votos.

Assumimos como principal desafio aproximar a Assembléia dos cidadãos. Nesse sentido, além de debater e deliberar sobre mais de 700 matérias, o Parlamento catarinense realizou 73 audiências públicas e mais de 150 sessões.

Ao lado das atividades parlamentares tradicionais, o Poder Legislativo instituiu, em 2007, o programa O Brasil em debate na Assembléia Legislativa, que trouxe ao Estado sete expoentes do pensamento nacional, os quais proferiram palestras abertas ao

público e com ele debateram temas de interesse da sociedade.

Forte elo de comunicação com os cidadãos, a Escola do Legislativo ampliou sua atuação, oferecendo, este ano, novos cursos, palestras e seminários destinados a servidores públicos e agentes políticos. Por meio de novas parcerias, alcançou

Centenas de iniciativas reforçaram o trabalho do Poder Legislativo em defesa dos interesses da população

mais de 10 mil pessoas.

Atenta às preocupações do mundo contemporâneo, a Assembléia criou, internamente, o programa Consciência Limpa, que implantou, no Palácio Barriga Verde, uma nova cultura de preservação do meio ambiente.

Além dessas iniciativas, a Assembléia trabalhou com determinação pela inclusão social. O programa Antonieta de Barros, que oferece estágios a estudantes carentes, atendeu 40 jovens, proporcionando, além da oportunidade de trabalho, apoio pedagógico. A administração da Casa realizou, ainda, diversas obras de adaptação em sua sede para facilitar o acesso de idosos e deficientes.

Iniciativas como essas, que aproximam a sociedade do Parlamento, só puderam ser concretizadas porque contaram com apoio e participação de todos os deputados e servidores do Poder legislativo. Juntos, não mediram esforços para que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina estivesse – e esteja sempre –, a cada dia mais presente na vida de todos os catarinenses.

A todos meu reconhecimento e os votos de um Ano Novo de paz e novas realizações.

Julio Garcia
presidente

O balanço das votações em 2007

No balanço de atividades de 2007, a Assembléia Legislativa recebeu mais de 700 matérias, aprovando 398 projetos de lei (PL). Destes, 145 foram de origem do Executivo, 266 parlamentar e dois do Tribunal de Justiça. Deram entrada na Casa Legislativa 685 PLs, dos quais 79 foram arquivados e 208 continuam tramitando, segundo a Coordenadoria de Expediente da Casa.

Entre outros projetos aprovados, estão o que altera leis da administração tributária, institui programa de incentivo à adoção, dispõe sobre assédio moral no serviço público, proíbe a venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos ao longo das rodovias estaduais, altera a lei do Conselho Penitenciário do Estado, autoriza a

doação de árvores nativa para cada bebê nascido no estado, institui a meia-entrada para doadores de sangue, institui o Funbiocombustível, dispõe sobre o Fundeb, torna obrigatório o teste da Orelhinha nas maternidades e altera a lei da vigilância sanitária animal.

Foram protocolados também 54 projetos de lei complementar: 30 aprovados, 11 arquivados e 13 ainda tramitam. Do total, 24 foram de origem do Executivo, 19 parlamentar, cinco do Tribunal de Justiça, dois da Procuradoria de Justiça e um do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Os parlamentares também apresentaram 1.433 requerimentos, fizeram 747 indicações, 421 moções e protocolaram 202 pedidos de informação.

Deram entrada na Casa nove projetos de emenda constitucional, sendo que duas foram aprovadas e sete seguem em análise. Em 2007, o Executivo encaminhou ao Legislativo 12 medidas provisórias, todas aprovadas. Foram recebidas 49 mensagens de veto. Destas, 30 foram mantidas, nove rejeitadas e 10 continuam tramitando.

Ainda apreciou oito projetos de decreto legislativo – todos aprovados. Foram apresentados 15 projetos de resolução, dos quais 13 foram aprovados e dois continuam tramitando. Foram registrados 56 atos da mesa e 30 atos da Presidência. A Casa também expediu 3.298 ofícios externos e 416 internos, totalizando 3.714 documentos.



Eduardo Guedes de Oliveira

Cantora vai divulgar álbum “Quero te dizer” em todo o país e no exterior

Marjory lança CD na Assembléia Legislativa

O CD “Quero te dizer”, da cantora Marjory, foi lançado dia 20 no Auditório Deputada Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa. Composto por dez músicas, este trabalho é voltado para o pop, ao contrário do primeiro, com foco mais romântico.

O CD demorou cerca de seis meses para ser finalizado e foi produzido com recursos próprios. Das dez músicas, seis foram compostas pelo seu pai, Marco Aurélio Barbosa – uma delas com co-autoria Marjory –, três canções são de Álvaro Neves e outra de Márcio Parucker. A arte da capa foi feita pelo músico e produtor Santolim.

Aos 23 anos, Marjory trabalha na ouvidoria de uma empresa de telemarketing em Florianópolis, mas pretende dedicar-se somente à música. “Estou tendo um grande

retorno e não consigo mais conciliar os dois trabalhos”, comentou. Em junho, a intérprete realizou um show na Arena Multiuso, em São José, em prol da Orionópolis. O local ficou completamente lotado. Além do lançamento na Assembléia, Marjory pretende divulgar o CD em outros estados e no exterior. Ela tem shows pré-agendados em Cuiabá, Buenos Aires, Chapecó e Portugal.

Marjory começou a cantar aos 13 anos, participando de festivais em Curitiba (PR). Mudou-se para Florianópolis aos 17 anos e passou a apresentar-se com a banda da Base Aérea no Centro Integrado de Cultura (CIC), em programas da rede local de televisão e como integrante da Associação Catarinense de Integração ao Cego (ACIC). Ela é deficiente visual.

RECESSO PARLAMENTAR

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina estará em recesso parlamentar de 22 de dezembro de 2007 a 31 de janeiro de 2008. No período, a Diretoria de Comunicação Social interrompe a veiculação do jornal AL Notícias e a cobertura diária das atividades da Casa Legislativa. A TVAL e Rádio ALESC Digital terão a programação do período acrescida de temas culturais, como músicas e filmes catarinenses.

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Branganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaíne Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

Estagiários: Ariana Barbosa, Cláudia Búrigo de Menezes, Diego Marcos Xavier e Diogo Evandro Ferreira.

INSTITUCIONAL

Parlamento presta homenagem ao ex-deputado João Henrique Blasi

Sessão especial destaca a trajetória política do novo desembargador do Tribunal de Justiça

Graziela May Pereira

Sessão especial, realizada dia 19, prestou homenagem ao recém-nomeado desembargador João Henrique Blasi, ex-deputado estadual pelo PMDB e líder do governo Luiz Henrique da Silveira. A indicação ao cargo cumpriu requisito do artigo 94 da Constituição Federal que prevê ser 1/5 das vagas dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios preenchidas por membros do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, com mais de 10 anos de carreira entre outros requisitos.

Segundo o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), a sessão foi uma proposição de todos os parlamentares. "Blasi fez história nessa Casa. É um homem justo e um dos mais brilhantes deputados que Santa Catarina já teve", disse.

O deputado Joares Ponticelli (PP) afirmou que se sente privilegiado por ter tido a chance de trabalhar com Blasi. "Quando cheguei aqui ele já brilhava como um grande lí-

der. Sua principal virtude é o caráter porque, graças à sua cooperação e trabalho, tivemos anos de muita felicidade."

Ele ainda lembrou que a Assembleia Legislativa perdeu com a saída de Blasi. "Nós perdemos nosso melhor parlamentar desta Casa, mas o que conforta é saber que a sede maior da Justiça ganhou muito", completou.

Concordando com Ponticelli, o deputado Herneus de Nadal (PMDB), atual líder do governo, disse que é muito importante para o Tribunal de Justiça receber uma pessoa de conduta retilínea e firme. "Blasi marcou trajetória no Parlamento de forma indelével. É um exemplo para todos nós. Este é o nome que a Assembleia Legislativa deixou de contar e que agora vai contribuir na aplicação das leis."

Herneus ainda afirmou que será difícil sucedê-lo na condição de líder do governo. "Sucedê-lo é um desafio e dos maiores. Sua articulação, firmeza e o brilho de seu conhecimento serão difíceis de copiar", garantiu.



Fotos: Solon Soares

Proposta por todos os parlamentares, solenidade enaltece atuação de Blasi nos quatro mandatos como deputado

Marcas de articulador político e orador reconhecido

Florianopolitano, João Henrique Blasi iniciou sua carreira pública como secretário de Estado da Justiça e Cidadania em 1988. Foi secretário-geral e conselheiro federal da OAB/SC. Em 1994 elegeu-se deputado estadual pelo PMDB - foram quatro mandatos consecutivos. Em 2003, foi se-

cretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Em quase 10 anos de efetiva atuação parlamentar caracterizou-se como um tribuno de reconhecida oratória, articulador político e resguardo jurídico merecedor de amplo respeito. Participou por anos de três comissões

permanentes: a de Constituição e Justiça (CCJ), a de Trabalho, Administração e Serviço Público e a de Ética e Decoro Parlamentar. Foi escolhido pela imprensa, por três anos consecutivos, como destaque parlamentar. Foi líder de bancada e, desde 2005, respondia pela liderança do governo.

Colegas elogiam personalidade

Dono de uma personalidade forte. Foi assim que o líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, definiu o desembargador. "Conheci o estudante Blasi ainda na UFSC e me lembro do concurso para orador da turma. Desde aquela época a minha admiração por ele cresce. Sempre o vi capitaneando a base governista, sempre dialogando com a oposição. Era o grande maestro desta Casa."

Em nome do PT, o deputado Pedro Uczai falou sobre as grandes virtudes de Blasi e destacou o poder de democracia. "Seu espírito democrático sempre trabalha pela maioria", afirmou. A sua experiência como formulador de leis também foi destacada.

O deputado Gelson Merísio (DEM) destacou a relação igualitária que o ex-parlamentar tinha com todos pares. "Blasi é considerado por todos nós um grande amigo. Prezou a relação com cada um. Agradeço por tudo que aprendi, principalmente a lealdade e o des-

prendimento", falou emocionado.

Porta-voz dos pequenos partidos, a deputada Odete de Jesus (PRB) disse que o Estado está em festa hoje. "Diante da atual situação que vive o país, onde a sociedade não acredita mais na figura do homem público, vejo que Santa Catarina está feliz hoje. Eu posso defini-lo com uma palavra: brilhante."

Blasi enfatizou a sua gratidão. "Foram quatro mandatos, mas, como tudo nessa vida tem começo e fim, esse é o fim da minha história aqui. Mas a minha maior felicidade é saber que saí desta Casa por minha vontade. Sou grato a todos que me acompanharam nesses 16 anos", disse. Blasi destacou a dedicação dos servidores e o coleguismo dos parlamentares. "Já fui governo e oposição, mas sempre de forma intensa. Essa Casa é a moradia da milícia da cidadania e não há recompensa maior do que ver um eleitor com um sorriso aberto porque teve seu problema solucionado. Por isso, obrigado por tudo", finalizou.



Ex-deputado recebe placa das mãos do colega de muitos anos de Parlamento, deputado Reno Caramori

INSTITUCIONAL

Alberto Neves



Na presença de representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, governador Luiz Henrique da Silveira entrega o projeto de lei que cria Instituto Previdenciário

Assembléia recebe proposta para novo Fundo Previdenciário do Estado

Executivo encaminha projeto com mudanças para servidor público; matéria terá ampla discussão no próximo ano

A proposta para a criação do Instituto Previdenciário de Santa Catarina (Iprev) foi entregue dia 18 pelo governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM). A matéria foi lida no expediente no mesmo dia e terá sua tramitação conforme determina o regimento interno e com ampla discussão no próximo ano legislativo. Trata-se

de uma legislação envolvendo 100 artigos com regras complexas que devem atender a determinações legais no plano federal, além das constitucionais.

Envolvendo o futuro previdenciário dos servidores efetivos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas (TCE) e do Ministério Público (MP), a proposta tem o objetivo de criar dois fundos: o

Fundo Financeiro, destinado ao pagamento de benefícios previdenciários a todos os segurados - os que já recebem o benefício e os futuros inativos do serviço público estadual -, e o Fundo Previdenciário, para pagamento da previdência aos segurados que venham a ingressar no serviço público. Ambos serão instituídos pela nova lei, caso venha a ser aprovada no Legislativo.

Governador diz que que Iprev é para o futuro de Santa Catarina

A proposta de lei que cria o Iprev foi definida pelo governador Luiz Henrique da Silveira como um projeto para o futuro do Estado. "O governo, ao invés de ser beneficiado em um primeiro momento, será penalizado com acréscimo de despesas. Mas é nosso dever de responsabilidade", comenta. Luiz Henrique diz que o Instituto irá criar uma situação de suporte previdenciário e a condição de, ao longo dos anos, reduzir o dispêndio previdenciário. O governador acredita que o Fundo Previdenciário, nos próximos 10 anos, terá totais condições de garantir a aposentadoria dos novos servidores.

Sobre a iniciativa, Luiz Henrique diz ser esta uma homenagem ao ex-governador Vilson Kleinübing que já buscou implantar um sistema previdenciário semelhante, mas teve sua proposta rejeitada à época.

"Se o seu projeto tivesse sido aprovado, o Estado estaria numa tranquilidade muito grande."

O presidente da Assembléia, Julio Garcia, comentou que em fevereiro de 1991, o então governador Kleinübing apresentou esta proposta a sua base de sustentação que prontamente rechaçou a medida. Ele acredita que na época faltou a figura de um negociador com os parlamentares. "Porém, nesta nova iniciativa, o secretário da Administração, Antônio Gavazzoni, foi o grande condutor do processo. Ele estudou de maneira aprofundada o projeto e esteve sempre disposto a proceder os ajustes necessários." A opinião do presidente do Legislativo sobre a postura e a importância do secretário Gavazzoni no sucesso da construção da proposta do novo fundo previdenciário foi corroborada pelos representantes dos demais poderes.

Servidores de todos os poderes, MP e TCE permanecem vinculados ao sistema atual

Os 123 mil funcionários de todos os poderes e mais Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado ficarão vinculados ao sistema atual, que consome R\$ 120 milhões por mês, dos quais somente R\$ 40 milhões são assegurados pelas contribuições dos servidores e patronal. Isto vem representando, segundo o secretário da Administração, Antônio Gavazzoni, um déficit de R\$ 80 milhões mês. "Daqui a 10, 15 anos este valor tende a

triplicar, assim como a insuficiência financeira do Estado para atender esta demanda", explica Gavazzoni.

Para evitar que "Santa Catarina seja o Rio Grande do Sul amanhã", conforme disse o governador Luiz Henrique, referindo-se ao alto percentual de comprometimento das finanças do estado vizinho com o pagamento de aposentadoria, surgiu a proposta do novo modelo previdenciário.

"Atualmente, o Iprev faz uma repartição simples dos valores arrecadados. Já o Iprev será um órgão gestor que irá capitalizar os recursos para garantir as futuras aposentadorias", acrescenta Gavazzoni.

Ele reforça que todos os direitos dos servidores estarão garantidos. "Não estamos suprimindo nenhum direito. Não há ameaça e nem risco de lesão neste sentido. Tudo foi feito em respeito às leis e à Constituição".

APROVADOS

Projeto cria o Conselho Estadual para o Fundo de Educação Básica

Na sessão plenária do dia 18, vários foram os projetos de origem do Executivo apreciados no Legislativo. O Projeto de Lei nº 628/07, de autoria do Executivo, que cria o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), foi um dos apreciados.

O conselho será um órgão colegiado autônomo, com renovação periódica, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de executar o

acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transparência e a aplicação dos recursos do fundo.

Entre as atribuições do conselho, estão o acompanhamento e controle da repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo. Também deverá supervisionar a realização do censo escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Estado, fornecendo dados estatísticos e financeiros na operacionalização do Fundeb.

O órgão também irá propor alterações legislativas e administrativas para a melhor aplicação

e distribuição dos recursos do Fundo, entre outras atividades.

Fica ainda a cargo do conselho acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, bem como receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, emitindo parecer conclusivo da aplicação dos recursos, com encaminhamento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

MP do Prodec e do Fadesc

Foi admitida a Medida Provisória nº 140/07, que trata do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec) e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (Fadesc).

A MP, que altera dispositivos da Lei nº 13.342, de 2005, estipula que os incentivos concedidos pelo Prodec terão redução de 50% no índice de atualização da moeda adotada pelo Estado para atualização dos tributos

nos seguintes casos: quando se tratar de empreendimento localizado em município com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual ou inferior a 95% do índice do estado e quando se tratar de empreendimentos que venham a produzir mercadorias inexistentes na cadeia produtiva catarinense, independente do índice de desenvolvimento do município a receber o investimento.

Outras MPs admitidas

Foram também admitidas mais quatro MPs: 141, 142, 143 e 144. Na primeira delas, o governo do Estado define o recolhimento de 6% do ICMS das refinarias de petróleo e suas bases ao Fundo de Desenvolvimento Social.

A Medida Provisória 142 trata da implementação de procedimentos, por via eletrônica, da administração tributária da Secretaria da Fazenda.

O aumento da contribuição previdenciária ao Instituto de Previdência do Estado de Santa

Catarina (Ipescc), de 11% para 22%, calculada sobre a remuneração dos servidores públicos ativos, efetivos, civis e militares, e o livre remanejamento dos créditos orçamentários consignados na lei orçamentária anual para sua implementação, são o teor da MP 143.

Por último, a MP 144 estabelece critérios para transferências financeiras, relacionadas à elevação da alíquota de contribuição previdenciária patronal da Medida Provisória 143, aos poderes e órgãos que especifica.

Fundo Patrimonial

Foi instituído o Fundo Patrimonial destinado a financiar programas e ações relativos à gestão patrimonial da Administração Direta, Autárquica e Fundacional. A reserva tem como objetivo buscar oportunidades para aprimorar a aplicação dos recursos públicos, em especial quanto à eliminação do desperdício.

Constituem receitas do Fundo Patrimonial o produto da venda de bens móveis e imóveis do Estado; doações, contribuições e financiamentos de entidades públicas ou privadas, nacionais ou

do exterior; recursos resultantes das permissões e concessões de uso de bens imóveis e o ressarcimento dos custos de recuperação de bens.

Seus recursos serão aplicados na construção, reforma e ampliação de Centros Administrativos Regionais e do Centro Administrativo do governo do Estado de Santa Catarina; de prédios públicos para abrigar órgãos da administração estadual e de prédios públicos municipais em decorrência da municipalização de serviços.

Taxas em serviços ambientais

Aprovado também o Projeto de Lei nº 412/07, que institui a Taxa de Prestações de Serviços Ambientais, aqueles realizados pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma). Dentre eles constam a análise prévia de licenças ambientais, análise de estudos de impacto ambiental, autorização de corte de vegetação, autorização para tratamento ou dis-

posição de resíduos, pareceres técnicos e outras atividades de acordo com a legislação ambiental vigente.

O pagamento da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais não será exigida dos órgãos da administração direta do Estado. Todos os valores arrecadados serão integralmente recolhidos à Fatma.

Eduardo Guedes de Oliveira



Parlamentares aprovaram vários de projetos de lei de origem do Executivo e admitem medidas provisórias

Pedidos de indenização judicial

Os deputados autorizaram Projeto de Lei nº 530/07 determinando que os pedidos administrativos de indenização e de satisfação de direitos e as propostas de acordos judiciais cuja repercussão financeira seja superior a R\$ 50 mil serão, anteriormente à análise de mérito, submetidos à prévia e expressa autorização do governador.

Serão objeto de análise somente as propostas de acordos judiciais processadas anteriormente à expedição do precatório.

A eficácia e a validade de acordos judiciais celebrados anteriormente à vigência desta matéria ficam condicionadas à existência de prévia e expressa autorização do governo.

Os pedidos administrativos de indenização e de satisfação de direitos e as propostas de acordos judiciais serão, posteriormente à decisão, submetidos ao pronunciamento do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, que exercerá a função de órgão de controle interno.

Projeto de lei complementar institui a Penitenciária Sul

O Projeto de Lei Complementar nº 43/07, que trata da instituição de estabelecimento penal, altera a Lei Complementar nº 381, de maio de 2007, sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, teve

parecer favorável. A nova alteração na lei complementar institui a implantação da Penitenciária Sul. As despesas decorrentes da execução desta lei complementar estarão incluídas no Orçamento Geral do Estado.

Projeto altera taxas estaduais

O Projeto de Lei nº 173/07, que altera valores de taxas de serviços gerais estaduais, foi apreciado e aprovado. O PL, de autoria do Executivo, também define que os recursos oriundos da arrecadação serão repassados ao Departamento Estadual de Infra-Estrutura (Deinfra) e aplicados na compra de materiais, insumos, equipamentos e serviços técnicos especializados para a realização dos ensaios laboratoriais e serviços de geotecnia, bem como para a manutenção e a melhoria das instalações e equipamentos dos laboratórios do Deinfra.

Entre as taxas modificadas estão a segunda via de acidente de trânsito, as fotocópias de processo administrativo, as certidões e atestados e os diversos tipos de vistoria.

INSTITUCIONAL

Parlamentares destacam valorização

Os parlamentares destacaram a importância da iniciativa do relator do Orçamento e do presidente da Comissão de Finanças na construção de um novo modelo de participação dos parlamentares na confecção do orçamento. Para o líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota, foi feito um grande esforço que resultou na valorização dos parlamentares. Ele acrescentou que esta medida irá beneficiar o Parlamento como um todo, independente da condição de cada bancada, de situação ou de oposição.

O deputado Silvio Dreveck (PP) também considerou meritória a iniciativa que cria uma nova dinâmica, mas diz ficar no aguardo

da execução das emendas. Ele vê nisso uma condição de sustentabilidade e credibilidade ao trabalho parlamentar.

O petista Décio Góes criticou os poucos recursos previstos para áreas importantes como a social e a ambiental, e, ainda, os poucos valores destinados para investimentos, mesmo com recursos alocados junto ao Fundo Social.

Mas o deputado Renato Hinnig (PMDB) respondeu que não existe mágica a fazer, pois há legislação constitucional e infraconstitucional a serem respeitadas que determinam os percentuais de vinculação para áreas como saúde e educação. "E esse problema não se resolve com aumento de arrecadação. Temos que ter coragem de discutir essa questão da vinculação de receita, de modo que pelo menos fique nos 100%", disse Hinnig.

Avanço

O presidente da Comissão de Finanças, deputado Jorginho Mello, comemorou a aprovação do orçamento para 2008, num clima de tranquilidade nunca visto antes, segundo ele. Principalmente pela contemplação de 100% das emendas do Orçamento Regionalizado e pela forma inovadora com a apresentação das emendas de bancada. "Isso é um avanço no sentido de despartidarizar o processo."

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados Jorginho Mello e Gelson Merísio, da Comissão de Finanças, conquistaram apoio da oposição

Confira os números

Composição da estimativa de receita

- **Valor Global:** R\$ 10.688.246.050,00, distribuídos da seguinte maneira:
- R\$ 9.396.492.222,00 de recursos referentes ao Orçamento Fiscal que integra a Lei Orçamentária Anual e atende ao orçamento dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- R\$ 1.291.753.828,00 de recursos referentes ao Orçamento da Seguridade Social que integra a Lei Orçamentária Anual, e abrange todas as entidades, fundos e fundações de administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder público, vinculados à Seguridade Social, que é um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Composição da estimativa de despesas do Estado para 2008

- **Valor global:** R\$ 10.688.246.050,00, distribuídos da seguinte maneira:
- R\$ 7.443.788.643,00 gastos no Orçamento Fiscal;
- R\$ 3.244.457.407,00 gastos no Orçamento da Seguridade Social.



Carlos Killian

Com 181 emendas, peça acolheu prioridades apontadas pelo Orçamento Regionalizado e propostas das bancadas, totalizando R\$ 48,7 milhões

Aprovado o Orçamento do Estado para 2008

Governo projeta receita de R\$ 10,688 bilhões, acima dos R\$ 9,5 bilhões de 2007 devido à expectativa de crescimento econômico e inflação

Scheila Dziedzic

O Plenário aprovou, dia 19, por unanimidade, o Orçamento do Estado para 2008 com 181 emendas. O governo do Estado estima uma receita orçamentária de R\$ 10,688 bilhões para 2008 composta em mais de 90% por tributos (ICMS, IPVA e Imposto de Transmissão de Causa Mortis), transferências da

União e valores de serviços prestados por autarquias, fundações, fundos e empresas. Em relação ao Orçamento executado em 2007, no valor de R\$ 9,5 bilhões, foi previsto um acréscimo devido à expectativa de crescimento econômico e da inflação.

Mesmo com a posição favorável à peça orçamentária, alguns parlamentares da oposição questionaram aspectos gerais da política do governo prevista para o próximo ano. Em síntese, as críticas referem-se ao volume de concessão dos benefícios fiscais, menor percentual de investimentos apesar da crescente receita e os poucos recursos previstos a políticas sociais.

O líder do PT, deputado Padre Pedro Baldissera, confirmou que o fato de as prioridades colhidas nas

audiências do Orçamento Regionalizado terem sido incluídas em sua totalidade na peça do governo contribuiu para a tranquilidade na aprovação. "O espaço para a discussão com a população foi respeitado." Diversos parlamentares também destacaram a habilidade do relator da matéria, deputado Gelson Merísio (DEM), na condução de todo o processo.

Quota para bancadas torna votação tranquila

A quota de R\$ 40 milhões para que as bancadas encaminhassem emendas ao Orçamento do Estado para 2008 tornou tranquila a aprovação da peça na Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). A proposta foi apresentada pelo relator, deputado Gelson Merísio (DEM), que justificou com a medida a intenção de reforçar a atuação parlamentar e o próprio Poder Legislativo enquanto instituição. Ele destacou que o processo foi construído a quatro mãos, juntamente com o presidente Jorginho Mello. "Procuramos

definir critérios claros. Existem dificuldades que pretendemos aprimorar no próximo ano, já a partir da análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Acredito que tenhamos criado uma forma de participação mais efetiva na confecção do orçamento", comentou Merísio.

Para ele, esta é uma maneira de evitar o mesmo constrangimento do passado, quando se criaram expectativas com emendas de parlamentares que não foram atendidas. Merísio apenas fez questão de lembrar que a execução das emendas depende

do Executivo, uma vez que os parlamentares não têm o poder de fazer um orçamento impositivo.

Na Comissão de Finanças, Merísio apresentou correções ao texto do parecer conclusivo entregue no dia 12. afirmou ter recebido 233 emendas à peça orçamentária. Dessas, acatou 181, das quais 51 de bancadas, 88 como emendas do relator, 32 como emendas regionais, oito como emendas do Executivo e duas como emendas do próprio deputado. Das emendas do Executivo, uma refere-se ao próprio texto, e sete propõem remanejamento de metas/priori-

dades no orçamento das próprias secretarias. Das emendas do relator, duas são de texto e as demais alteram metas/prioridades do Anexo Único do PL. O valor total das emendas representou um montante de R\$ 300 milhões. Destes, a relatoria acatou R\$ 48,750 milhões. Para a execução das emendas de bancadas, o chefe do Executivo fica autorizado a utilizar as fontes propostas (indicativo de onde poderão sair os recursos) e aprovadas nas referidas emendas. Ou ainda fazê-las por crédito suplementar ou especial durante a execução do Orçamento de 2008.

Plenário autoriza aumento por produtividade para auditores fiscais

Após a sessão ordinária que aprovou o Orçamento, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), convocou sessão extraordinária no mesmo dia para votar matérias pendentes, com destaque para a Proposta de Emenda Constitucional nº 04/06, que concede aumento por produtividade aos fiscais da Fazenda.

A PEC altera redação do artigo 23 da Constituição Estadual. Segundo o substitutivo global à proposta, fica determinado que para a carreira exclusiva de Estado de Auditor Fiscal da Receita Estadual aplica-se como limite remuneratório, observada a hierarquia salarial, o definido no parágrafo 12 do artigo 37 da Constituição

Federal, que faculta aos estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emendas, como limite único o subsídio mensal dos desembargadores do respectivo tribunal de justiça, limitado a 90 inteiros e 25 centésimos por cento do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal. O texto prevê a implementação de 50% do seu valor em janeiro de 2007, ficando a concessão do remanescente condicionada à edição de lei complementar.

A justificativa para a aprovação da PEC nº 04/06 é que o limite remuneratório para os servidores públicos do Executivo estadual é o subsídio mensal do governador, excetuando-se os membros do

Ministério Público, procuradores e defensores públicos, que ficam sujeitos à limitação do subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça. Conclui-se, pois, que existem, na prática, dois limites remuneratórios para os servidores do Executivo estadual, um sujeito ao subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça e outro ao subsídio mensal do governador.

A carreira de auditor fiscal da Receita Estadual é responsável por atribuição essencial e exclusiva de Estado, qual seja a de arrecadar, fiscalizar, orientar e instrumentalizar toda estrutura estatal-tributária, especialmente quanto à sua administração, dando suporte à operacionalidade do Estado.

Eduardo Guedes de Oliveira



Em sessão extraordinária, deputados aprovam projetos pendentes antes de entrar em recesso parlamentar

Sinal verde para o biocombustível

Foram aprovados três projetos de autoria do deputado Pedro Uczai (PT), que prevêem a organização das políticas para o biodiesel em Santa Catarina. O PL nº 2/07 institui na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis; o PL nº 3/07 cria o Fundo de Incentivo ao Biocombustível de Santa Catarina (Funbiocombustível) e o PL nº 5/07 altera o artigo 5º da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

O comitê vai fomentar a cadeia produtiva e contribuir para o desenvolvimento sustentado. Vai elaborar a política catarinense de energias renováveis, fazer a articulação junto ao programa

nacional de biodiesel e os programas que apóia parcerias público-privadas. Ele será integrado pelo governo através das secretarias da Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda e da Educação, pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (Fapes), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e Celesc. Também participaram empresários e trabalhadores, municípios, universidades e Eletrosul.

O Funbiocombustível integra as ações do Comitê do Programa Catarinense de Biocombustível, que se denominará Biocombustível Santa Catarina. Deverá incentivar a melhoria dos processos industriais, qualidade do produto final, subprodutos e derivados e a rentabilidade

global do processo, incrementar a industrialização; promover o aumento do rendimento da fonte de matéria-prima para biocombustível, estimular a produção de biodiesel e o cultivo de matéria-prima. Ao mesmo tempo, a lei prevê a implantação do Conselho Gestor do Funbiocombustível.

O PL nº 5/07 altera o artigo 5º da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que institui o IPVA. Fica adicionado o inciso VI ao artigo 5º Com a mudança, 1% será destinado para veículos terrestres de passeio e utilitários, nacionais e estrangeiros e 0,5% para os de transportes de carga e/ou passageiros (coletivos), nacionais e estrangeiros e para embarcações de qualquer tipo, movidas a biocombustível denominado B100.

APROVADOS

Legislativo autoriza incentivo à pesquisa científica e tecnológica em SC

O Projeto de Lei nº 582/07, de origem do Executivo estadual, aprovado em Plenário dia 18, trata de incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação em Santa Catarina. A lei estabelece medidas que visam a capacitação em ciência, tecnologia e inovação, ao equilíbrio regional e ao desenvolvimento econômico e social sustentável.

Com a nova lei, fica instituído o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina, que vai viabilizar estratégias e ações de desenvolvimento, incrementar empreendimentos e estabelecer canais qualificados de apoio à inovação tecnológica.

Ficam inseridas na Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica (Fapesc), agência de fomento executora da política estadual do setor, as secretarias municipais da área, Udesc, Epagri, todas as universidades

e instituições de nível superior que atuem na área, os parques tecnológicos e as incubadoras de empresas inovadoras e as empresas com atividades relevantes no campo da inovação, se indicadas por suas entidades empresariais.

Prêmio

O governo do estado quer fomentar a inovação nas empresas de Santa Catarina mediante a concessão de incentivos fiscais. Outro estímulo é a criação do Prêmio Inovação Catarinense, onde irão concorrer trabalhos realizados no âmbito de Santa Catarina.

Com esta premiação, o governo do estado quer promover o reconhecimento a pessoas, instituições e empresas que se destacarem na promoção do conhecimento e prática da inovação, e na geração de processos, bens e serviços inovadores.

Procurador adjunto tem mudança no vencimento

Os deputados aprovaram Projeto de Lei Complementar nº 48/07, de autoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O texto prevê que ao cargo de Procurador-Geral adjunto, provido por Procurador efetivo e nomeado em comissão pelo Procurador-Geral, será atribuído vencimento equivalente a 95% da remuneração devida ao Procurador-Geral; e aos demais procuradores, 95% do valor devido ao Procurador-Geral Adjunto.

Aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas aplicam-se os dispositivos

pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura previstas na Lei Orgânica do Ministério do Estado de Santa Catarina, conforme estabelecem o artigo 130 da Constituição Federal e o artigo 102 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas possui quadro próprio de pessoal, com cargos de provimento efetivo e em comissão. Aos servidores da Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas será atribuído o mesmo piso de vencimento fixado para os servidores do TCE.

Entidades no CEE

O Conselho Estadual de Educação (CEE) terá a participação de algumas entidades, segundo o Projeto de Lei nº 587/07 aprovado dia 19. Vão integrar o CEE a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) e a União Catarinense dos Estudantes (UCE).

Anteriormente estabelecidas

pela Lei nº 13.448, de 25 de julho de 2005, as participações serão definidas a partir do envio, por parte de cada entidade, de uma lista quádrupla, para ser escolhido um nome pelo governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

A entidade que não cumprir esse requisito terá seu mandato extinto e será feita uma nova escolha de participantes.



Deputados dão sinal verde para criação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina

Promoção de policiais civis

Foi aprovado, dia 18, também do Poder Executivo, o PLC de nº 44/07, que altera o dispositivo da Lei Complementar nº 98, de 1993. O texto trata da promoção de policiais civis.

A Lei nº 98 tem como finalidade o efetivo preenchimento de cargos vagos nas diversas carreiras da Polícia Civil, de forma gradual e seletiva. A promoção é a ascensão do policial civil à classe imediatamente superior, na mesma carreira, pelos critérios de antigüidade ou merecimento.

Ela pode ser classificada na seguinte ordem: promoção por antigüidade; por merecimento; por ato de bravura; "post mortem".

Em se tratando de promoção por antigüidade e merecimento,

as vagas nos cargos das diversas classes das carreiras que integram o Grupo Polícia Civil serão preenchidas, uma a uma, alternadamente, iniciando-se a cada novo processo pelo critério do merecimento.

Com a alteração do Projeto de Lei Complementar nº 44 a promoção passa a seguir o seguinte padrão: Medalha de Mérito Policial, em homenagem ao policial civil em razão do tempo de serviço prestado exclusivamente na Polícia Civil, sem punição disciplinar com trânsito em julgado, concedida nas categorias e pontuações especificadas; Medalha de Ouro, para 30 anos de serviço, Medalha de Prata, para 20 anos, e Medalha de Bronze, para 10 anos de serviço.

Educação superior ganha Fundo de Apoio

O Projeto de Lei Complementar nº 51/07, que regulamenta o artigo 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior em Santa Catarina, foi aprovado na sessão do dia 19.

De origem governamental, o projeto de lei complementar recebeu emenda modificativa do deputado Darci de Matos (DEM). A alteração prevê destinação de 10% para a Udesc para implantação ou ampliação de campi no estado, suprimindo o tempo de execução que no projeto original era de dois anos, a contar da data da sua publicação.

Concessão

O deputado Pedro Uczai (PT) também apresentou emenda modificativa ao projeto de lei complementar. Ela prevê a destinação de 20% para concessão de bolsas de estudo a alunos matriculados em cursos ou programas presenciais de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado e, de 20% para concessão de bolsas para alunos matriculados em cursos presenciais de licenciatura, não sendo concedidos os percentuais para cursos ou programas a distância.

Fundação Badesc ligada à agência de fomento

De origem governamental, foi aprovado, dia 19, projeto que altera um dispositivo da Lei nº 13.438, de 2005, que instituiu a Fundação Cultural Badesc. Conforme a matéria, a Fundação Cultural Badesc, fundação pública de direito privado, a partir de agora está vinculada à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - Badesc, com sede

em Florianópolis, e não mais à Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte.

A Fundação tem objetivo de estimular, apoiar e promover o desenvolvimento artístico, cultural, esportivo e educacional. Também está entre suas atribuições fomentar a pesquisa e o processo tecnológico e científico aplicados à cultura no âmbito do estado.

APROVADOS

Plenário reforça combate à exploração sexual e ao tráfico de crianças

Jonas Lemos Campos

Na sessão plenária do dia 19, a deputada Ana Paula Lima (PT) teve aprovados vários projetos de sua autoria. Entre eles, o Projeto de Lei nº 514/07, que determina a fixação de cartazes com mensagem sobre exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes.

A matéria busca amparar as crianças e adolescentes que têm sua integridade física e psicológica ameaçada e possuem obstáculos ao seu desenvolvimento moral e sexual sadio, situação motivada por crimes como aliciamento, orgias, tráfico, castração, violência e morte, impondo-lhes uma dor precoce e profunda. De acordo com a

autora do projeto, esse tipo de violência e exploração contra crianças não é prerrogativa de nossos tempos. "Contudo, é de estarrecer o número crescente de casos reportados, bem como a idade cada vez mais baixa das vítimas."

Ana Paula Lima defende que, diante do alto índice de crueldades praticadas contra as crianças e adolescentes, é preciso intensificar a divulgação de que a exploração sexual e o tráfico são crimes. "Por isso precisa ser denunciado pelo disque denúncia 100, que deve ser utilizado para punir de forma exemplar os que cometem estes crimes hediondos."



Deputados referendam projeto de autoria de Ana Paula Lima e saem em defesa de crianças e adolescentes

Teste da Orelhinha será obrigatório

O governo do Estado deverá implementar projeto que determine às maternidades e os estabelecimentos hospitalares públicos e privados do estado a realizar, gratuitamente, o exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (Teste da Orelhinha) para o diagnóstico precoce de surdez. Neste sentido, foi aprovado, no dia 19, o Projeto de Lei nº 504/07, de autoria da deputada Ana Paula.

O exame deverá ser realizado, preferencialmente, nas dependências dos respectivos estabelecimentos, até a alta do recém-nascido, ou nos serviços

de fonoaudiologia conveniados. Após os exames complementares, estabelecido o topodiagnóstico (local da lesão) e o grau de perda auditiva, caso haja, a criança deverá ser submetida ao processo de habilitação, adaptando-se o aparelho auditivo até o sexto mês de vida.

Junto com o protocolo de vacinação, deverá ser entregue aos pais um cartão contendo o dia em que eles deverão comparecer ao estabelecimento hospitalar ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados para realização do exame.

Reprodução Assistida no SUS

Também de autoria da deputada Ana Paula foi aprovado o Projeto de Lei nº 462/07, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Reprodução Assistida no Sistema Único de Saúde de Santa Catarina.

Através do projeto, o programa possibilita introduzir e garantir a oferta de atendimento ao usuário que necessite de auxílio na repro-

dução humana assistida; prestar auxílio, assistência e orientação especializada dos órgãos de saúde à pessoa com problemas de fertilidade; desenvolver projetos e ações destinados à garantia da saúde reprodutiva e oferecer técnicas de reprodução assistida a pessoas portadoras de doenças genéticas e infecto-contagiosas.

Programa de controle do diabetes

Outro projeto assinado pela deputada Ana Paula Lima, também aprovado, é o PL 513/07, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Prevenção e Controle do Diabetes. O projeto prevê o diagnóstico precoce em crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino de Santa Catarina.

A diabetes é um distúrbio metabólico que resulta na incapacidade do organismo em utilizar o açúcar como alimento para as células. Atualmente, é considerada como uma das doenças crônicas de elevada taxa de mortalidade. Com diagnóstico precoce, será possível um controle mais adequado da doença.

Policiais militares terão escala de trabalho adaptada aos estudos

O Projeto de Lei nº 475/07, apresentado pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT), foi aprovado na sessão do dia 19. O projeto prevê que os comandantes militares estaduais terão de adequar as escalas de serviços de maneira a permitir que todos os seus subordinados possam frequentar regularmente os cursos de ensino médio, superior ou de pós-graduação onde estejam matriculados.

A decisão aplica-se aos comandos militares estaduais, batalhões, companhias, pelotões e destacamentos. Os integrantes da Polícia Militar que pretendem obter o benefício previsto na lei

devem informar a seu comandante imediato, anexando cópia de documento que comprove a matrícula no curso e os horários de frequência.

O deputado explica, na justificativa de apresentação do projeto, que sua intenção é a de facilitar o acesso aos estudos daqueles militares que encontram dificuldades em conciliar horários de aula e de trabalho. Muitos cursos de nível superior e pós-graduação são oferecidos em período integral ou coincidente com o horário de trabalho. E muitos militares são escalados sem qualquer preocupação com o horário dos estudos, dificultando a frequência normal e a conclusão dos cursos.

tando a frequência normal e a conclusão dos cursos.

Em benefício da busca do conhecimento, e como alguns comandos ainda não estão conscientes de sua importância, o deputado justifica que foi preciso buscar o meio legal, dando tratamento igualitário a todos que querem aprimorar-se por meio da educação acadêmica, mesmo sem incentivo financeiro e sem um plano de capacitação do governo do Estado. O resultado da aplicação desta lei, afirma Soares, será o de contribuir diretamente para a qualificação da segurança pública prestada à população de Santa Catarina.

Projeto cria Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas

Foi aprovado, dia 19, o Projeto de Lei nº 215/07, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB). Ele cria o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas e tem o objetivo de amparar a sociedade que a cada dia toma conhecimento de novos casos.

O Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Secride) centralizará o registro de ocorrências e promoverá investigações e inquéritos policiais

referentes a crianças desaparecidas no território catarinense, inclusive aqueles já instaurados, o que dará maior agilidade às investigações, reduzindo o tempo de elucidação de casos.

Justificativa

De acordo com o autor do projeto, o serviço visa amenizar a aflição dos familiares que sofrem com o desaparecimento de entes queridos, através de infor-

mações que levem ao reencontro da criança ou adolescente desaparecido.

O objetivo do serviço é aumentar o índice de crianças e adolescentes encontrados, hoje de 70%.

Trata-se de um trabalho de apoio a famílias, com esforços de outros órgãos governamentais e ONGS que já atuam na área, como a Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida (ABCD).

APROVADOS

Soda cáustica proibida nas escolas

O Parlamento aprovou também o Projeto de Lei nº 265/07, de autoria do deputado Edson Piriquito (PMDB), que trata da exposição comercial, proibição da venda e utilização em estabelecimentos de ensino, da soda cáustica, seus similares, e de todos os demais produtos classificados como nocivos à saúde.

Depois de sancionada, lei terá 90 dias para entrar em vigor. A partir disso, ficará proibida a utilização de todo e qualquer produto potencialmente nocivo à saúde a menores de 14 anos, nos estabelecimentos de ensino

infantil, fundamental e médio.

A vigilância e a fiscalização para o cumprimento da nova lei serão exercidas distintamente pelos órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal. Advertência, multa, interdição temporária e interdição definitiva são as penalidades para quem infringir a norma. As empresas fabricantes que deixarem de advertir em seus rótulos e embalagens, ou omitirem, por qualquer motivo, as propriedades nocivas à saúde dos produtos por elas fabricados, também sofrerão as mesmas sanções.



Eduardo Guedes Oliveira

Assembléia ratifica projeto que impede contato de menores de 14 anos com produtos potencialmente nocivos à saúde

Autorizadas mudanças em funções do Poder Judiciário

Foi aprovado, dia 19, o Projeto de Lei Complementar nº 47/07, que trata de funções do Poder Judiciário.

O projeto, de origem do Tribunal de Justiça, recebeu emenda modificativa do deputado Padre Pedro Baldissera (PT) retirando a palavra "preferencialmente", do parágrafo 1º do artigo 6º da lei. A redação anterior previa curso superior facultativo para exercício da função de chefia de cartórios. Com a emenda, a graduação torna-se obrigatória.

O projeto transforma os cargos de escrivão judicial e de secretário do Foro do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário

e cria alguns cargos. Ficam alteradas também as denominações de técnico jurídico e escrivão judicial para analista jurídico, e de analista técnico administrativo para analista administrativo.

Formação

O analista jurídico deverá ter diploma de nível superior em Direito; o analista administrativo em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Direito.

As atribuições do analista jurídico e do analista administrativo, conforme o projeto, serão definidas pelo presidente do Tribunal.

Instituído o Dia Estadual do Cidadão da Paz

Entre as inúmeras matérias aprovadas, dia 19, foi referendado o projeto que cria o Dia Estadual do Cidadão da Paz, que será comemorado, anualmente, no dia 9 de outubro. A data vai coincidir com a Semana Estadual da Cultura da Paz, entre 5 e 12 de outubro, adotando como símbolo a "Bandeira da Paz".

De acordo com o Projeto de Lei nº 496/07, o Poder Legislativo promoverá, no Palácio Barriga Verde, sessão solene comemorativa à data.

A matéria foi apresentada pelo deputado Gelson Merísio (DEM) e subscrita por seus colegas de bancada Julio Garcia, Cesar Souza Júnior, Darci de Matos e Onofre Agostini.

No âmbito municipal, as câ-

maras, em cooperação com as repartições públicas e os estabelecimentos das redes públicas e particulares de ensino, em todos os níveis, farão constar dos seus calendários de eventos o Dia Estadual do Cidadão da Paz. Na ocasião, deverá ser realizada ampla programação educativa alusiva à data, com a realização de atividades artísticas, científicas, culturais e religiosas, com uma grande confraternização.

Os municípios poderão estabelecer convênio com a Associação Cidadão da Paz para homenagear os cidadãos ou entidades que tenham desenvolvido algum ato ou trabalho expressivo na promoção da paz, da cidadania ou da convivência harmoniosa.

Celulares proibidos em escolas

De autoria do deputado Antônio Aguiar (PMDB), foi aprovado dia, 19, o Projeto de Lei nº 402/07. Ele proíbe o uso de telefones celulares nas escolas públicas e privadas em Santa Catarina.

O objetivo do deputado é assegurar o aprendizado, já que a atenção do aluno passará a estar centralizada nos estudos e na fixação do conteúdo escolar passado pelos professores.

"O uso do celular no ambiente escolar compromete o desenvolvimento e a concentração dos alunos. E são preocupantes os relatos de professores e alunos de como é comum o uso do celular dentro das salas de aulas", explicou o parlamentar.

Publicações catarinenses para todas as bibliotecas públicas

Foi aprovado o Projeto de Lei nº 269/07, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), que acrescenta dispositivo à Lei nº 11.074, de 11 de janeiro 1999, e institui o Depósito Legal de Obras Impresas, junto à Biblioteca Pública de Santa Catarina.

A partir de agora, os admi-

nistradores de gráficas, editoras, empresas jornalísticas e demais modalidades de oficinas de impressão, situadas no Estado, deverão remeter à Biblioteca Pública de Santa Catarina e a todas as bibliotecas públicas estaduais um exemplar de cada publicação que executarem.

Mariani e Neuto de Conto recebem títulos de Cidadão Catarinense

De autoria do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), foram aprovados os Projetos de Lei nº 609 e 610/07, que concedem, respectivamente, os títulos de Cidadão Catarinense a Mauro Mariani, secretário Estadual de Infra-Estrutura, e ao senador Neuto Fausto de Conto, ambos peemedebistas.

Mauro Mariani foi eleito prefeito de Rio Negrinho em 1996 e reeleito em 2000. Renunciou em 2002 para concorrer a deputado estadual, tendo sido eleito com o maior número de votos do PMDB, totalizando 44.836 votos. Em 2006, foi eleito deputado federal com 171.139 votos.

Na Assembléia Legislativa, foi presidente da Comissão de Agricultura, integrou as comis-

sões de Economia e de Direitos e Garantias Fundamentais, atuando também como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Casan.

Senador

Neuto de Conto atuou como vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal constituinte e senador da República. Entre os anos de 1962 e 1978, passou a presidir o diretório regional do PMDB de Santa Catarina. Na administração pública, exerceu cargos como secretário dos Negócios do Oeste (1984-1988); secretário da Agricultura (1984-1989); secretário da Fazenda (1995-1996) e secretário da Casa Civil (1996).

Hino Nacional em todos os eventos esportivos

O Projeto de Lei nº 380/07, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), torna obrigatória a execução do Hino Nacional em todos os eventos esportivos oficiais realizados no Estado de Santa Catarina.

O objetivo do PL, aprovado na sessão do dia 19, é estimular na população catarinense e atletas um respeito cada vez maior pela Pátria.

Para a autora do projeto, "cantar o Hino Nacional nos eventos esportivos de Santa Catarina fará com que o comprometimento com os sonhos de um Brasil mais justo e igualitário seja crescente".

Assistência psicológica para escolas

A implantação de assistência psicológica e psicopedagógica nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio, das redes pública e privada de Santa Catarina, foi garantida pela aprovação do Projeto de Lei nº 18/07, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM).

O projeto de lei tem objetivo de diagnosticar, intervir e

prevenir problemas de aprendizagem.

De acordo com o autor da matéria, é necessária a presença de profissionais da área de psicologia e psicopedagogia na orientação correta e adequada em cada caso. O tema é considerado relevante para a saúde e educação das crianças e adolescentes.

APROVADOS

Conselhos para turismo, esporte e cultura

Deputados aprovam projeto de lei, de origem do Executivo, que disciplina prioridades de órgãos para respectivas áreas

De autoria do governo do Estado foi aprovado dia 19, o Projeto de Lei nº 531/07, que trata dos conselhos Estaduais de Turismo, de Cultura e de Esporte, órgãos colegiados, vinculados à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

Os três conselhos serão compostos por 21 membros efetivos, nomeados, assim como seus respectivos suplentes, por ato do governador. O mandato dos conselheiros será de dois anos, com uma única recondução.

O Conselho Estadual de Turismo terá, entre outras prioridades, a missão de contribuir com programas e projetos de desenvolvimento turístico. Ele também deverá auxiliar a Secretaria de

Estado de Turismo, Cultura e Esporte nas ações de ampliação e melhoria da infra-estrutura e da prestação de serviços aos turistas.

O Conselho Estadual de Cultura, por sua vez, terá, entre outras funções, desenvolver o plano estadual de cultura. Também deverá propor medidas que visem estimular a interação e o aprimoramento cultural do estado.

O Conselho Estadual de Esportes deverá sugerir, entre outras prioridades, o Plano Estadual de Esporte, em conjunto com as entidades desportivas.

O órgão deverá fiscalizar o cumprimento da legislação e mediar conflitos entre as entidades esportivas do sistema estadual.



Turismo passa a contar com conselho, que terá a missão de cuidar de projetos para desenvolver o setor

Política de apoio ao turismo rural

O turismo rural em propriedades que praticam a agricultura familiar terá uma política pública de apoio. Matéria nesse sentido foi apresentada pelo deputado Professor Sérgio Grando (PPS) através do Projeto de Lei nº 125/07, aprovado dia 19, com emenda substitutiva global do deputado Décio Góes (PT).

Como conceito de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) entende-se o conjunto de atividades turísticas que ocorrem na unidade de produção de agricultores familiares e/ou em localidades rurais, baseadas na oferta de produtos e serviços de qualidade na valorização

do modo de vida rural, assim como do patrimônio cultural e natural.

Também são beneficiários dessa lei os pescadores artesanais, quilombolas, assentados da reforma agrária e as comunidades indígenas.

Como forma de incentivar o desenvolvimento e a expansão da atividade, explica Décio, foi criado o Grupo Técnico Temático de Turismo Rural (GTTTuR/SC), composto por 16 entidades públicas, privadas e do terceiro setor, cujos técnicos contribuíram na Comissão de Turismo e Meio Ambiente para a elaboração do substitutivo global.

Instituído Fundo Estadual de Incentivo à Cultura

Também de origem do Executivo foi aprovado, dia 19, o Projeto de Lei nº 454/07, que dá nova redação aos artigos 4º, 9º, 10 e 11 da Lei nº 13.336/05, de 8 de março de 2005. No artigo 4º, o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura (Funcultural), de natureza financeira, fica constituído com recursos provenientes da receita tributária líquida do Estado (0,5%) e receberá receitas decorrentes da aplicação de seus recursos, contribuições, doações, financiamentos e recursos de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e ainda da tributação de atividades lotéricas, constituídos com essa finalidade, e do Fundo Social.

A Lei Orçamentária Anual deverá prever que, no mínimo, 60% dos recursos do Funcultural sejam destinados a apoiar projetos de agentes que se caracterizem como pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, descontando-se do montante global os recursos destinados.

Já pelo artigo 9º, os projetos que pretendam obter apoio financeiro através do Seitec deverão ser apresentados às Secretarias de Desenvolvimento Regional de cada região. No artigo 10, é previsto que os Comitês Gestores de cada Fundo, órgãos executivos subordinados à Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte,

serão compostos pelo secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, pelo diretor da área afim, um representante da sociedade civil organizada, membros do Conselho Estadual de Cultura, de Turismo ou de Esportes, conforme o caso.

O projeto aprovado no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (Seitec) terá o extrato de seu respectivo Contrato de Apoio Financeiro publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, através de ato expedido pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, após cumpridas formalidades nos órgãos da administração pública.

Drogarias e farmácias

Emenda substitutiva global, do deputado Serafim Venzon (PSDB), foi aprovada ao Projeto de Lei nº 62/07, do deputado Gelson Merísio (DEM). Ela autoriza farmácias e drogarias a presta serviços como aplicação de inalação ou nebulização; aplicação subcutânea, intramuscular ou intradérmica de medicamentos injetáveis mediante apresentação de receita médica; fazer acompanhamento farmacoterapêutico; medição e monitoramento da pressão arterial e glicemia capilar; transfixação dérmica de adesivos estéreis e práticas de pequenos curativos. Venzon informa que em audiência pública recebeu contribuições sobre regulamentação de comercialização de produtos de caráter não-farmacêutico.

Empresas públicas terão que restituir calçamento de via

As empresas concessionárias de serviços públicos, responsáveis por obras que impliquem em retirada total ou parcial do calçamento ou pavimento de via pública, ficam agora por lei obrigadas a restituir a sua condição original em até 48 horas após o término da obra.

Neste sentido, foi aprovado pelo Plenário, dia 19, o Projeto de Lei nº 381/07, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), com o substitutivo global apresentado pelo deputado Marcos Vieira (PSDB).

Cesar Júnior justifica que a intenção da matéria é aplicar uma lei para punir a conduta negligente das empresas concessionárias de serviços públicos, obrigando-as a recuperar os danos causados

decorrentes de obras e serviços por elas prestados, inclusive os inacabados.

Convênios

Já o substitutivo global estabelece uma multa de R\$ 1 mil por dia às empresas concessionárias de serviços públicos, a partir do ato da infração.

Ele determina ainda que o poder público fica autorizado a firmar convênios com prefeituras para operacionalizar a fiscalização, criar serviço telefônico 0800 para denúncias de descumprimento da lei e que os valores arrecadados com as multas serão destinados a um fundo de apoio às creches comunitárias.

Projeto altera Política Estadual de Resíduos Sólidos

O Plenário aprovou também, no dia 19, o Projeto de Lei nº 471/07, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), que altera a Política Estadual de Resíduos Sólidos. O texto fixa normas e procedimentos para o gerenciamento e destinação de lixo tecnológico em Santa Catarina.

O texto fixa a responsabilidade pós-consumo do fabricante, importador e empresas que comercializem produtos e respectivas embalagens ofertadas ao consumidor final, no caso os produtos eletroeletrônicos.

Prazo

Essas empresas passam te-

rão prazo de 180 dias para apresentar projeto de coleta e destinação final ambientalmente adequada para estes produtos.

“O volume de lixo eletrônico está aumentando a uma proporção de 3% a 5% ao ano. O crescimento deste tipo de lixo é preocupante porque em muitos produtos descartados existem substâncias cancerígenas. Quem sabe, com esta regulamentação, possam surgir empresas especializadas em fazer reciclagem deste lixo, aproveitando materiais que tenham valor. Além de gerar emprego e renda, contribuiriam para a preservação ambiental e para a saúde pública”, atesta Darci.

COMUNIDADE

Alberto Neves



Formatura de duas turmas de Pós-graduação (MBA), em 29 de novembro, promovidas pela instituição

Escola do Legislativo supera 10 mil capacitações em 2007

Entidade que completou sete anos dia 19 inova em projetos de educação para cidadania

Andreza de Souza

O trabalho realizado pela Escola do Legislativo em sete anos de existência contribuiu para o fortalecimento do Legislativo catarinense. Foram aproximadamente 12.019 pessoas capacitadas nos mais diversos programas de formação realizados pela escola, que tem como principal objetivo desenvolver processos formais de educação para fortalecer a atuação do Poder Legislativo na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Ao completar mais um aniversário, no dia 19 de dezembro, a Escola do Legislativo comemorou a ampliação do seu papel. Em 2007, novos projetos de educação para cidadania foram implantados, visando a formação política e a aproximação da sociedade com o Parlamento. As atividades da escola são realizadas com base em quatro programas, eixos de seu trabalho.

O Programa de Formação e Aperfeiçoamento Profissional busca o aprimoramento dos servidores da Assembléia Legislativa. No programa, foram concluídas duas turmas de pós-graduação MBA em Ciência Política e Gestão, com 39 servidores da Assembléia, e em Auditoria e Finanças Públicas, com mais de 20 servidores.

Além disso, cursos e palestras

atenderam necessidades específicas de cada diretoria e coordenação, nas áreas de redação oficial, português, informática, processo e técnica legislativa, atualização em direito, comunicação no atendimento telefônico, regimento interno, na área comportamental e motivacional, licitações e contratos, direção defensiva e primeiro socorros, oratória, novas tendências em redação jornalística, entre outros, com 2.613 participantes.

O Programa de Formação de Agentes Políticos engloba todas as atividades desenvolvidas nos diversos municípios catarinenses, contribuindo com a formação continuada de vereadores, prefeitos, assessores e futuras lideranças políticas. Neste ano, a escola ampliou o relacionamento com as associações de vereadores das microrregiões do estado e realizou, dentro do Programa de Formação de Agentes Políticos, palestras, encontros, cursos e ciclos de debates sobre formação política em Lages, Chapecó, Jaraguá do Sul, Rio do Sul, São Lourenço do Oeste, Tijucas, Treze Tílias, Tubarão, Florianópolis, Anchieta, Nova Trento, Braço do Norte, Pomerode, São Bento do Sul, Imbituba, Joinville, além de outros municípios. No total, 2.711 pessoas participaram da iniciativa.

Educação a Distância

O Programa de Educação a Distância, por sua vez, realiza videoconferências e cursos promovidos pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados e em parceria com outras instituições de ensino.

Finalmente, o Programa Conhecendo o Parlamento inclui todas as atividades voltadas à aproximação da sociedade com o Legislativo. Entre elas, o Parlamento Jovem, que completou sua 5ª edição em 2007. Pelo projeto, já passaram 1.885 jovens de 10 escolas sorteadas do ensino médio das redes pública e privada.

Por meio do programa Par-

lamento Jovem, estudantes catarinenses têm a oportunidade de experimentar a rotina de um deputado, já que vivenciam situações reais da atividade político-parlamentar com a elaboração, apresentação e votação de projetos em sessões plenárias semestrais. O programa Fala Jovem, em parceria com a TVAL, também integrante do Conhecendo o Parlamento, é um programa semanal de televisão. Nele os jovens presentes debatem com dois ou três deputados assuntos atuais do seu interesse e de maneira descontraída.

Projeto piloto

A Escola do Legislativo implantou em 2007 "Educação para Cidadania: Construindo um Novo Olhar." Inicialmente, participaram quatro escolas públicas da Grande Florianópolis com aproximadamente 100 jovens, dos ensinos fundamental e médio, no período de agosto a dezembro.

Os estudantes tiveram a oportunidade de participar de palestras mensais e reuniões semanais. Discutiram o poder do voto, a participação do jovem na política, composição e atribuições da Assembléia Legislativa, o jovem, a violência e as drogas, a função social dos três Poderes, movimentos sociais e políticas públicas. Também realizaram

visitas de estudo aos Poderes e órgãos do Estado.

O projeto teve o acompanhamento de estudantes universitários que coordenaram, como monitores, as atividades semanais dos pequenos grupos.

A primeira edição do projeto formou 71 alunos no último dia 14, em solenidade realizada no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, na Assembléia Legislativa. Para o ano de 2008, estão previstas mais duas edições do projeto, uma no primeiro e outra no segundo semestre.

As atividades de educação para cidadania, promovidas pelo Programa Conhecendo o Parlamento registram 4.651 participações.

Prêmio

A escola lançou em 2007 o edital Prêmio Escola do Legislativo, que premia monografias inéditas sobre o Parlamento estadual. Também promoveu, semanalmente, apoio pedagógico a servidores que cursam o ensino fundamental e médio, bem como para servidores do curso a distância em Administração Legislativa. Oferece, uma vez por semana, apoio pedagógico aos estagiários do Programa Antonieta de Barros.

Assessoria

Em parceria com o Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (Cesusc), a Escola do Legislativo realiza, a partir do dia 29 de fevereiro de 2008, o "Curso de Especialização em Assessoria Parlamentar". É indicado aos parlamentares e assessores de Casas Legislativas municipais, estaduais e federal, agentes políticos, lideranças sociais, partidos, profissionais e cidadãos que interagem ou se interessam pelo Legislativo. Os alunos terão encontros quinzenais nas sextas-feiras e nos sábados.

Presidentes da Escola

2001/2002 – Gilmar Knaesel (PSDB)

2003/2004 – Wilson Vieira – Dentinho (PT)

2005/2006 – Celestino Secco (PP)

2007/2008 – Joares Ponticelli (PP)